



Publicada



2022

Alfabetização e Letramento: O processo inicial da leitura e da escrita na educação infantil¹

CUNHA, Ivane Gonçalves da – ivane.cunha05@gmail.com²

AZEVEDO, Daniel de– dazevedu81@gmail.com³

COSTA, Heloisa Bernardes– heloo.bernardes@gmail.com

BATISTA, Maria Francisca Santos Pereira - m.frans.pereira@hotmail.com⁴

RESUMO

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, deve garantir o direito da criança a uma educação de qualidade, que promova o seu pleno desenvolvimento por meio da ação docente que envolve o cuidado, a educação e o ensino. Contudo, visando a alfabetização e letramento, o ambiente da educação infantil deve oferecer este aprendizado de forma motivadora, que incentive as crianças a adentrarem na cultura letrada, mantendo o lúdico como estratégia pedagógica para este processo. Com isso, o objetivo geral do estudo propõe-se a compreender sobre a relevância de inserir a criança, ainda na educação infantil, em um contexto de alfabetização e letramento, tendo em vista o desenvolvimento e aprimoramento de suas habilidades cognitivas através do lúdico. A metodologia utilizada para subsidiar o trabalho se finda como uma pesquisa bibliográfica, mantendo um diálogo entre as colocações de autores e pesquisadores da área, tais como: soares (2004) emilia ferreiro (2001) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Palavras-chave: Educação Infantil; Alfabetização; Letramento.

¹ Artigo apresentado pelos alunos de Pedagogia da FANPADRÃO

² Orientadora - Mestre em Educação Linguagem e Tecnologia pela Universidade de Goiás

³ Co-orientador- Tecnólogo de Gestão de Recursos - FANAP; Especialista em Gestão e Pessoas e Coaching Especialista em Formação de Professor em Didática e Gestão Educacional, Prof. FANPADRÃO e BSSP

⁴ Graduadas em Pedagogia pela FANPADRÃO

1. INTRODUÇÃO

Antes mesmo de ingressar na Educação Infantil, a criança tem acesso a uma cultura letrada por meio de suas práticas cotidianas, no qual deparam-se diariamente com a escrita em muros, letreiros, livros, aparelhos tecnológicos, entre outros. Entretanto, a experiência com a leitura e a escrita variam de acordo com as circunstâncias e oportunidades que as crianças têm com esses hábitos, sendo que muitas delas vivenciam esse contato apenas ao ingressarem na escola.

Sendo assim, esta pesquisa justifica-se pela relevância de oportunizar aos alunos da Educação Infantil o contato com a leitura e a escrita, de forma significativa e espontânea por meio da mediação do lúdico e das brincadeiras, sem um caráter obrigatório ou visando a antecipação de conteúdos, mas respeitando o interesse e o nível de cada aluno.

Como contribuição prática, essa pesquisa visa possibilitar a compreensão do porquê iniciar o processo de alfabetização e letramento na etapa da Educação Infantil de modo que essas práticas sejam aplicadas com os alunos para a ampliação de suas habilidades e competências.

Levantamos as seguintes questões: Durante a primeira etapa da educação básica, sendo a Educação Infantil, faz-se necessário o processo de aquisição da leitura e da escrita? Quais os motivos e propostas para essa aprendizagem na primeira etapa

educacional?

Este artigo tem por objetivo compreender sobre a relevância de inserir a criança, ainda na Educação Infantil, em um contexto de alfabetização e letramento, tendo em vista o desenvolvimento e aprimoramento de suas habilidades cognitivas através do lúdico.

O caminho que propomos para chegar até aqui propõe uma metodologia qualitativa de caráter teórico bibliográfico, realizada por meio de pesquisas em livros, artigos, revistas entre outros, visando reunir elementos para a reflexão sobre os processos de aprendizagem da leitura e da escrita na etapa da educação infantil. A pesquisa bibliográfica segundo Trujillo (1974, p. 230) “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre o assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

No decorrer do artigo pretende-se compreender a história e a evolução da Educação Infantil no Brasil, desde o seu surgimento como instituições assistencialistas até seus avanços como um direito assegurado por leis. Posteriormente, está descrito o conceito de alfabetização e letramento de acordo com alguns autores. E por fim a análise de como ocorre o desenvolvimento da aquisição da leitura e da escrita na primeira etapa educacional.

Sendo assim, será utilizado como referencial teórico os autores como Magda Soares (2004) Emilia Ferreiro (2001) e a

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que aborda sobre a importância de inserir a criança em uma cultura letrada propiciando a aprendizagem da leitura e da escrita ainda na Educação Infantil.

2. História e Evolução da Educação Infantil no Brasil

O direito à educação pública foi garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996. O acesso e a permanência das crianças nas creches e pré-escola deve ser considerada necessária a democratização e efetivação do direito a uma educação de qualidade, em um ambiente com ricas interações, vivências e oportunidades de aprendizado. Mas antes da educação chegar a ser um direito, ela passou por uma série de eventos históricos que não a viam como necessária.

No Brasil, creches e instituições similares tiveram como forma de atendimento a função assistencialista e higienista com objetivos diferentes e, por consequência, distintas maneiras de conceber e atender às crianças. Após a Lei do Ventre Livre e devido à pobreza das famílias, muitas crianças foram abandonadas nas Rodas dos Expostos e, assim, surgiram as instituições de atendimento chamadas asilos ou creches, que, por um tempo, foram sinônimo de orfanato, com o objetivo de proteger as crianças abandonadas nas ruas (DIDONET, 2001).

No período republicano, quando

as fábricas e indústrias ganharam impulso, outras instituições foram sendo inauguradas para atender os filhos dos trabalhadores e operários, o trabalho nas indústrias impossibilitava as mães de zelar por seus filhos, o que trouxe a necessidade de instituições públicas, com profissionais que as substituíssem. Por conseguinte, outras instituições foram criadas, partindo de iniciativas religiosas, filantrópicas, médico-higienistas ou empresariais, em diferentes contextos geográficos, históricos e políticos.

Em função da estruturação do capitalismo, crescimento industrial e do aumento populacional na zona urbana, desencadeou a necessidade de mulheres ingressarem no mercado de trabalho. Consequentemente, elas não poderiam ter o encargo de cuidar dos seus filhos, havendo a necessidade emergencial de um lugar para guardar essas crianças enquanto os pais estivessem em expediente de trabalho.

Com isso, visualiza-se que essas instituições apresentavam caráter assistencialistas que visavam apenas os cuidados básicos como alimentação, higiene e também a supervisão e proteção de crianças. No entanto, com o decreto da consolidação das leis de trabalho de 1943, foi garantido uns estabelecimentos apropriados para que filhos de operárias pudessem ficar no período de amamentação enquanto elas trabalhavam, no artigo 389 toda empresa foi obrigada a:

§1º - Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesseis) anos de idade terão local

apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação. § 2º - A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais. (BRASIL,1961).

No século XX ocorre no Brasil, sob influência da Europa, o Movimento da Escola Nova que trouxe debates em favor da criança e propostas de mudanças inovadoras no sistema de ensino, buscando atender as transformações políticas e socioeconômica que ocorriam no país. Os educadores defendiam a ideia de uma educação popular organizada em todo o sistema educacional.

Na década de 1960, as creches e Jardim de infância começaram a ganhar maior enfoque e a serem cada vez mais

[...] crianças dos diferentes grupos sociais eram submetidas a contextos de desenvolvimento diferentes e desiguais nas famílias, nas creches e pré-escolas. Enquanto as crianças pobres eram atendidas em creches com propostas que partiam de uma ideia de carência e deficiência, as crianças mais ricas eram colocadas em ambientes estimuladores e consideradas como tendo um processo dinâmico de viver e desenvolver-se. (OLIVEIRA et al, 1992, p.21).

Com isso, as creches seriam instituições assistencialistas frequentadas por crianças mais carentes e de família menos favorecidas, enquanto os jardins de infância seriam direcionadas para as família mais ricas com experiências mais educativas. A Constituição Federal de 1988 ocasiona significativas mudanças e conquistas no âmbito educacional, agora a educação passa a ser um direito de todos os cidadãos, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento do indivíduo e seu preparo para a cidadania e mercado de trabalho.

A partir desse marco histórico,

procurado não só por mulheres operárias, mas também por comerciantes, empregadas domésticas e até funcionárias públicas. Neste período foi promulgada pelo presidente Joao Goulart, a primeira LDB (Lei 4024/61) que incluiu a educação pré-primária no sistema de ensino brasileiro.

Vale ressaltar que, no contexto histórico dessa época havia uma diferença entre creche e o jardim de infância. De acordo com Oliveira et al:

houve um aumento do número instituições de creches e pré-escolas no Brasil e melhorias na qualidade de formação dos professores. Estas, deixaram de estarem vinculada a cuidados básicos de higiene e proteção e passa a integrar a política nacional de educação, gerando mais responsabilidade e intencionalidade com o desenvolvimento da aprendizagem das crianças.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) criado pela lei 8.069 de 1990, reafirma o direito de crianças frequentarem a educação infantil, visando seu pleno desenvolvimento e igualdade no

acesso à permanência na escola. No artigo 54, inciso IV, reconhece como dever do Estado assegurar atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.

A Lei de Diretrizes e Bases Nacional nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), legitimada pela Constituição Federal

“Art. 29. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A Educação Infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade” (BRASIL, 1996, s/p).

no tópico seguinte.

Com isso observa-se que a Lei aponta enquanto princípio constitucional do direito à educação desde o nascimento e a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, um caminho de construção de uma nova creche, não mais assistencialista, mas com caráter educacional. Com isso, se faz importante destacar e contextualizar a função dessa etapa da educação, a qual será dissertado

Assim, será elucidado no próximo tópico acerca da função da Educação Infantil, uma vez que para compreender a relevância do processo de alfabetização e letramento se faz fundamental caracterizar aspectos relacionados ao que se objetiva nesta etapa da Educação Básica, adentrando em suas funções.

3. Função da Educação Infantil

A Educação Infantil tem características próprias, especificidades e objetivos que a diferenciam dos demais níveis de ensino. Neste sentido, tem-se buscado construir referências para a docência orientadas pela complexidade das ações voltadas às crianças pequenas, pois as dimensões especificamente pedagógicas do trabalho do professor ainda se constituem um desafio. Isso porque a profissão envolve em sua

constituição tensões e influências, entre outras, de experiências maternas e domésticas no contexto educacional-pedagógico.

O objetivo principal da Educação Infantil é possibilitar o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade e complementar a educação da família. Daí a importância de práticas que possibilitem as interações sociais e atendam às necessidades básicas das crianças, por meio do cuidado, educação e ensino, além das brincadeiras e atividades orientadas.

(1988), estabelece que a Educação Infantil compõe a primeira etapa da Educação Básica e determina que o seu atendimento deverá se pautar pelo caráter pedagógico, a fim de promover o desenvolvimento de todos os seus aspectos, complementando a ação da família e comunidade, conforme os artigos 29 e 30:

Nessa perspectiva, todo o trabalho desenvolvido deve “expressar-se na organização curricular que, por sua vez, inclui a organização do tempo, do espaço, das rotinas de atividades, da forma como o adulto exerce seu papel” (MORENO, 2007, p. 56).

Os espaços devem ser planejados e organizados, além de acolhedores no sentido de propiciar diferentes brincadeiras e experiências, que promovam diferentes aprendizagens e consequentemente contribuam para o desenvolvimento das crianças.

Para tanto, a Educação Infantil se consolida na atualidade como espaço pedagógico que contribui para o desenvolvimento integral da criança e para o desenvolvimento de suas diferentes linguagens. Vale ressaltar que as mudanças ocorridas em relação ao direito da criança à educação, desde o nascimento, estão atreladas não só às transformações sociais, políticas e econômicas no país, mas ao avanço da ciência e das pesquisas, reivindicações da população civil em relação às necessidades de expansão das instituições de cuidado e educação, assim como a mudança nas estruturas familiares (OLIVEIRA, 2002).

A Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito da criança de 0 a 6 anos à educação, publicada pelo MEC em 2006, teve como objetivo definir a Política Nacional de Educação Infantil por meio de

diretrizes, objetivos, metas e estratégias e, sobretudo, “assegurar a qualidade do atendimento em instituições de Educação Infantil - creches, entidades equivalentes e pré-escolas”. Além de definir a expansão de vagas para a criança de 0 a 6 anos e o fortalecimento do cuidado e educação como aspectos indissociáveis nas ações dos professores (BRASIL, 2006c, p. 19).

Outro documento que pode ser configurado como um marco para a Educação Infantil é o que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), fixadas pela Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Assim como as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (2010), a Base Nacional Comum Curricular (2017) se configura como um documento de caráter normativo e define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. É, portanto, uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação dos currículos e propostas pedagógicas e também orienta o trabalho pedagógico dos profissionais da educação, sobretudo, do professor.

Desta forma, a BNCC propõe orientações ao trabalho pedagógico afirmando que a intencionalidade deve consistir na organização e proposição pelo professor de experiências que permitam às crianças:

“[...] conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas”. (BRASIL, 2017, p. 37).

Com isso verifica-se a importância dessas experiências, uma vez que atingem, sob o trabalho educativo do professor, o desenvolvimento da criança em sua integralidade, através das práticas de cuidados pessoais, como nas brincadeiras, experimentações, literatura e socialização, como realçado na citação da BNCC.

A finalidade da educação infantil é complementando pela ação da família e da comunidade, que deve promover o pleno desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social exigindo uma ampliação das experiências e do conhecimento das crianças pequenas.

Assim, compreende-se que a função da Educação Infantil se concretiza

4. A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Compreende-se que a alfabetização é um processo que leva a aprendizagem inicial da leitura e escrita, ou ainda, alfabetizada é aquela pessoa que domina habilidades básicas para fazer uso da leitura e escrita. Para Val (2006), a alfabetização consiste no processo “específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia”. (VAL, 2006, p. 19).

Assim pode-se conceituar a alfabetização como o domínio do código escrito, o qual se organiza por meio das relações. De forma significativa, alfabetizar para Soares (2004) é dar condições para que o indivíduo –criança ou adulto- tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se

em estabelecer às crianças um espaço para novas experiências, habilidades e aprendizagens, mas que, nunca deixe de levar em consideração todas as vivências que a criança já traz consigo. É de suma importância que, ao diversificar este desenvolvimento, a família esteja presente em todo este processo.

Desta feita, de forma a elucidar a relevância e possibilidade das práticas de alfabetização e letramento na Educação Infantil, torna-se indispensável contextualizar essas tangentes no cenário Brasileiro, a fim de traçar suas concepções e características, para então relacioná-los como possibilidade pedagógica na Educação Infantil.

capaz não só de ler e escrever, enquanto habilidades de decodificação e codificação do sistema da escrita, mas “de fazer uso real e adequado da escrita com todas as funções que ela tem em nossa sociedade e também como instrumento na luta pela conquista da cidadania plena” (SOARES, 2004, p. 33).

De acordo com as colocações já mencionadas entende-se que o processo de alfabetização refere-se à aquisição individual do sistema de escrita, ao “[...] domínio da técnica, domínio do código convencional da leitura e da escrita e das relações fonema/grafema, do uso dos instrumentos com os quais se escreve” (SOARES, 2004, p. 16).

Por este fato, o letramento se faz sinônimo de alfabetismo, no qual de acordo ainda com Soares (2004) diferencia-se do termo alfabetização pelo fato deste restringir-se ao aprendizado da

leitura e da escrita; e aquele, referir-se ao uso social que se dá para o conhecimento do ler e escrever. Letrar, portanto, não corresponde apenas saber ler e escrever, mas a fazer uso social da leitura e da escrita, a praticar estes conhecimentos, e

responder adequadamente às demandas sociais que requerem estes conhecimentos.

O conceito de letramento é explicitado por Ângela B. Kleiman, (2005) em seu estudo na qual considera:

A palavra “letramento” não está ainda dicionarizada. Pela complexidade e variação dos tipos de estudos que se enquadram nesse domínio, podemos perceber a complexidade do conceito. Assim, se um trabalho sobre letramento examina a capacidade de refletir sobre a própria linguagem de sujeitos alfabetizados versus sujeitos analfabetos (por exemplo, falar de palavras, sílabas e assim sucessivamente), então, segue-se que para esse pesquisador ser letrado significa ter desenvolvido e usar uma capacidade metalinguística em relação à própria linguagem. Se, por outro lado, um pesquisador investiga como adulto e criança de um grupo social, versus outro grupo social, falam sobre o livro, a fim de caracterizar essas práticas, e, muitas vezes, correlacioná-las com o sucesso da criança na escola, então, segue-se que para esse investigador o letramento significa uma prática discursiva de determinado grupo social, que está relacionado ao papel da escrita para tornar significativa essa interação oral, mas que não envolve, necessariamente, as atividades específicas de ler ou de escrever. (KLEIMAN, 2005, p. 19).

Assim, de acordo com a concepção citada acima, pode-se compreender que o letramento pode ser definido como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos.

Soares (2010) aponta duas principais dimensões do letramento: a individual e a social. Na dimensão individual, “[...] o letramento é visto como atributo pessoal, considerando o processo de como cada um se apropria da

habilidade do ler e do escrever”. No entanto, quando o foco está na “[...] dimensão social, o letramento é visto como um fenômeno cultural, um conjunto de atividades sociais que envolvem a língua escrita, e [...] exigências sociais da língua escrita” (SOARES, 2010, p. 66-67). Além disso, o letramento é o processo de “[...] apropriação da cultura escrita fazendo um uso real da leitura e da escrita como práticas sociais” (SOARES, 2004, p. 24). Nessa perspectiva, compreende-se:

Se alfabetizar significa orientar a própria criança para o domínio da tecnologia da escrita, letrar significa levá-la ao exercício das práticas sociais de leitura e escrita. Uma criança alfabetizada é uma criança que sabe ler e escrever, uma criança letrada [...] é uma criança que tem o hábito, as habilidades e até mesmo o prazer da leitura e da escrita de diferentes gêneros de textos, em diferentes suportes ou portadores, em diferentes contextos e circunstâncias [...] Alfabetizar letrando significa orientar a criança para que aprenda a ler e a escrever levando-a a conviver com práticas reais de leitura e de escrita. (SOARES, 2004, p. 435).

Desta feita, entende-se que, enquanto a alfabetização refere-se às práticas de aprendizagens da leitura e da escrita pelo sujeito, no aspecto mais individualizado, de caráter pedagógico escolarizado, o letramento, para além de focalizar os aspectos “[...] sócio-históricos da aquisição da escrita, também estuda e descreve o contexto social e as demandas de que tipo de letramento emerge das práticas sociais.

Admite-se que haja a hibridação entre alfabetizar e letrar. O domínio das ferramentas cultas vai depender de uma alfabetização que propicie o interesse e a óbvia necessidade do conhecimento e, para isso, cabe a escola constituir um ambiente que ofereça todas as condições necessárias para que os alfabetizandos sintam-se motivados e conscientes da imensurável importância do processo educativo em suas vidas. Aprender a ler e a escrever é, ao mesmo tempo, desmascarar-se de certas alienações e tornar-se plenamente emancipado a uma visão social.

Contudo, a alfabetização só terá sentido se for associada ao letramento, ou

5. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

É necessário levar em consideração que a alfabetização é um processo em construção, contínuo e amplo que não se restringe em aprender a codificar e decodificar a língua escrita mas em compreender seu uso e suas funções.

A temática de quando iniciar o processo de alfabetização vem sendo

seja, aprender a fazer e fazer o que aprendeu, pois, a sua dissociação seria o desmoronamento de um árduo e importante processo social. Enquanto a alfabetização é o aprendizado do processo da leitura e da escrita, o letramento é a prática cotidiana desse mesmo processo. Uma vez alfabetizado, o indivíduo deve ter adquirido a capacidade de entender o que leu ou escreveu além de concordar ou discordar com certas fontes com que se depara no dia a dia. Por ser o processo da etapa inicial do ensino, a alfabetização requer um trabalho habilidoso e afetivo dos seus profissionais, devendo esses, passarem por aperfeiçoamentos específicos e constantes para a obtenção de melhores resultados.

Desta feita, será abordado no tópico a seguir como ocorre o processo de alfabetização e letramento na Educação Infantil, e as possibilidades dessas tangentes no trabalho educativo do professor, visando contribuir para o desenvolvimento infantil.

discutida há alguns tempo por diversos autores. Segundo Ferreira (2001, p.97) "o acesso à língua escrita começa quando o adulto decide". Ou seja, não se leva em consideração o interesse da criança em aprender, mas sim a decisão adultocêntrica de quando iniciar esse processo.

Nesse sentido, não existe um momento ideal para as escolas começarem a ensinar a ler e a escrever, pois essas práticas se iniciam antes do período de

escolarização, visto que a criança vive imersa em um mundo letrado e apropria-se dessa linguagem diariamente.

A alfabetização não é o objetivo da Educação Infantil, entretanto é possível envolver os alunos nesse processo por meio das interações e brincadeiras, do lúdico, dos jogos, histórias, poemas, levando em consideração o contexto e interesse que os mesmos demonstram em aprender.

Compreende-se que iniciar esse processo na Educação Infantil não significa

antecipar a alfabetização, mas sim oportunizar o aprendizado da leitura e da escrita a partir do contexto e do interesse da crianças, contribuindo para que compreendam essas práticas sociais e que desenvolvam habilidades da linguagem escrita.

De acordo com a BNCC, no campo de experiência Escuta, fala, pensamento e imaginação, é estabelecido que as crianças da educação infantil tenham contato com a cultura escrita em contextos significativos na Educação Infantil,

(...) a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua (BRASIL, 2018, s/p).

O contato da criança com literatura infantil permite, além de ampliar a imaginação e criatividade, desenvolver o conhecimento sobre o sistema de escrita alfabético, que escreve-se com letras e as mesmas são diferentes de desenhos e números, que a leitura se da esquerda para direito e de cima para baixo, que as letras possuem sons, que as palavras escritas representam uma ideia, um objeto, uma fala, dentre outros.

Além do mais, é preciso

possibilitar a prática de produções gráficas para que os alunos avancem em suas hipóteses por meio da escrita espontânea, sem a exigência em acertar, mas com a liberdade de escrever de acordo com o seu nível, progredindo gradativamente. Dessa forma a escola tende a dar a criança suporte para uma autonomia, no qual o professor deve usar de diversos métodos pedagógicos para trabalhar com a alfabetização.

Conforme Magda Soares a criança

deve ser orientada e incentivadas a estar em contato com a:

(...) escrita espontânea, observação da escrita do adulto, familiarização com as letras do alfabeto, contato visual frequente com a escrita de palavras conhecidas, sempre em um ambiente no qual estejam rodeadas de escrita com diferentes funções: calendário, lista de chamada, rotina do dia, rótulos de caixas de material didático, etc. (SOARES, 2009, p.1).

É preciso levar em consideração que as crianças não se alfabetizam apenas por estarem expostas a textos e leituras, é necessário a mediação e intervenção do professor e o planejamento para que determinadas habilidades sejam potencializadas.

Assim, analisando as possibilidades propiciadas pelos processos de alfabetização e letramento na Educação Infantil, se faz de extrema importância destes dois conceitos se articularem no processo de aprendizagem da criança, como algo histórico e cultural. Para Vygotsky (2007), o indivíduo desde seu nascimento, apropria-se dos conhecimentos construídos historicamente e socialmente através da linguagem, e esta

ocorre nas interações sociais. Nesse sentido, esse estudioso afirmou que as funções psicológicas são construídas e constituídas pela estrutura social.

Contudo, o professor frente a este processo, deve emergir em uma prática educativa consciente e responsável assumindo uma perspectiva revolucionária em termos de desenvolvimento humano, onde neste contexto o mesmo deve ser compreendido como um mediador nos processos de ensino e aprendizagem, atuando, de acordo com Vygotsky (2009), como o organizador social do ambiente educativo, devendo articular métodos para essa aprendizagem.

“[...] o melhor método é aquele em que as crianças não aprendam a ler e a escrever, mas, sim, descubram essa habilidade durante a situação de brincar. Para isso é necessário que as letras se tornem elementos da vida das crianças, da mesma maneira como, por exemplo, a fala. Da mesma forma que as crianças aprendem a falar, elas podem muito bem aprender a ler e a escrever” (VYGOTSKY, 2009, p. 134).

Por isso, ao conhecer a língua que ensina, o alfabetizador dá o primeiro passo para a aquisição dessa competência. Para tanto, é de suma importância na prática, conhecer e conceber formas de alfabetização condizentes com o momento histórico em que vivemos para operar transformações. Contudo na Educação Infantil, é preciso considerar que a leitura e a escrita não devem fazer parte do

currículo como uma disciplina isolada, mas sim integrar projetos de trabalho em que as crianças estão envolvidas, bem como entrar nas atividades de sua rotina no ambiente educativo, de modo a não quebrar o significado assumido por essas ferramentas na nossa cultura. (BRANDÃO; ROSA, 2011). Assim, nesta etapa educacional, o processo de alfabetização e letramento, de forma relacionada, realiza-se

nas DCNEI com os seguintes objetivos:

- I. Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- II. Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
- III. Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura; (DCNEI, p. 25, 26).

Portanto, esses tópicos representam o intuito de se trabalhar a alfabetização e letramento na Educação Infantil a qual deve-se visar: diferentes linguagens por vários gêneros e formas de expressão, interação e apreciação com a língua oral e escrita, e o relacionamento significativo das crianças com este signo

através de diferentes possibilidades.

Já na Base Nacional Comum Curricular, a alfabetização e letramento aparecem no campo escuta, fala, pensamento e imaginação. Nos quadros abaixo podemos entender melhor como estão divididos esse campo na Educação Infantil.

QUADRO 1

<i>Para crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses):</i>
(EI02EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.
(EI02EF03) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).
(EI02EF07) Manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais.
(EI02EF08) Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.).
(EI02EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos.

QUADRO 2

<i>Para crianças pequenas de 4 anos a 5 anos e 11 meses:</i>
(EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da

linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.
(EI03EF02) Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.
(EI03EF03) Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas.
(EI03EF05) Recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o professor como escriba
(EI03EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.
(EI03EF07) Levantar hipóteses sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura.
(EI03EF08) Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.).
(EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.

Mediante a estes objetivos apresentados, observa-se que o processo de alfabetização e letramento na Educação Infantil deve ocorrer de forma integrada e internalizada, por meio da ludicidade, presente nos jogos, brincadeiras, teatro, faz-de-conta e tantas outras possibilidades. Sob este prisma, a utilização de práticas lúdicas no contexto educacional aliado ao processo de alfabetização e letramento visa promover a construção do conhecimento nas crianças, sendo norteado por três princípios pedagógicos gerais que abrange três áreas: a relação das crianças com os adultos, a relação das crianças com outras crianças e sua relação com a aprendizagem.

O processo de alfabetização exige uma série de observações e uma mediação significativa do educador mediante estratégias construtivas. Sobretudo, os

jogos e brincadeiras representam dentro da alfabetização e letramento um meio pelo qual, a criança desenvolve-se integralmente, oferecendo ainda, um trabalho interdisciplinar ao educador.

Bacelar (2009) afirma que o lúdico tem papel amplo e complexo, vai além de treinamento de habilidades psicomotoras consideradas como pré-requisitos para a alfabetização, como, muitas vezes, é visto. Pela vivência lúdica, a criança aprende com a experiência, o processo de alfabetização e letramento de maneira mais integrada, a posse de si mesma e do mundo, de maneira criativa e pessoal, como uma experiência vivenciada de forma inteira. Sobretudo, as crianças podem vivenciar seu processo de aprendizado de forma plena e com inteireza, integrando seu sentir, pensar e agir.

Nesse contexto, o lúdico interligam as funções de afeto, motricidade,

linguagem e outras funções cognitivas, assim, a brincadeira favorece o equilíbrio efetivo da criança e contribui para o processo de apropriação de signos sociais, tais como a alfabetização e letramento. Cria condições para uma transformação significativa da consciência infantil, por exigir da criança o desenvolvimento de formas mais complexas de relacionamento com o mundo.

Dessa forma, é possível compreender que com o uso da ludicidade no processo de alfabetização e letramento na Educação Infantil bem como na prática escolar como um todo, o educador pode identificar como e o que o aluno aprende, onde estão suas dificuldades e, a partir disso, elaborar novas estratégias de ensino que visem sanar as dificuldades detectadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização e o letramento constituem como práticas que devem ser experienciadas pelas crianças em seu dia a dia. No entanto, estas devem ser inseridas no mundo da linguagem de forma lúdica, respeitando o desenvolvimento cognitivo e o psicológico da criança.

Neste contexto, os professores da Educação Infantil devem, intencionalmente, proporcionar a cultura letrada para seus alunos por meio de um ambiente alfabetizador, através de jogos, histórias, imagens, músicas, brincadeiras, cantigas e etc, visando desenvolver o interesse na criança pelo conteúdo, de forma agradável e lúdico, e sem pressa.

Contudo, foi possível compreender que o processo de alfabetização e letramento não deve ocorrer por imposição, uma vez que isso pode afastar o interesse da criança por este aprendizado. Mas sim, os professores da Educação Infantil devem desenvolver um trabalho gradual e contínuo.

A importância da relação entre alfabetização e letramento na Educação Infantil se concretiza nas habilidades que serão estimuladas nas crianças por meio dessa prática, as quais, atingindo um elevado nível psíquico infantil, irão propiciar a formação de leitores, possibilitando a interpretação de texto, comunicação e expressão através de palavras, e ainda, ser capaz de transmitir suas próprias ideias.

Contudo, as crianças precisam vivenciar essas experiências em seu cotidiano das mais variadas formas, para que essas habilidades sejam de fato desenvolvidas, podendo ser por meio de cantigas de roda, musicalização, manifestações artísticas, plásticas, utensílios gráficos, peças teatrais, cinema e etc.

Assim, a relação entre alfabetização e letramento na Educação Infantil deve ocorrer de forma síncrona, indo para além da ação de escrever, mas que ocorram de forma leve e livre para a criança, onde as linguagens da infância possam se

manifestar. Assim, essas práticas devem ser trazidas no contexto educacional infantil por meio de habilidades significativas, através da oralidade, comunicação, formação de memórias, vocabulário e pela própria cultura.

Dessa forma, conclui-se que é na Educação Infantil que se enfatiza a

curiosidade com o mundo da escrita, cabendo ao professor possibilitar, por meio de seu trabalho educativo, práticas pedagógicas eficazes, estimuladoras e lúdicas para que esse processo seja plenamente alcançado.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Lígia Maria Leão; MENEZES, Flávia Maria de. **Base Nacional Comum Curricular**: tramas e enredos para a infância brasileira. Debates em Educação, v. 8, n. 16, p. 30, 2016.

BACELAR, Vera Lúcia da Encarnação. **Ludicidade e educação infantil**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Souza (Orgs). **Ler e escrever na Educação Infantil**: Discutindo práticas pedagógicas. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, D.F: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. In: Brasil. Ministério da Educação. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICNEI, 2010.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, D.F, 11 nov. 2009.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, D.F, 19 dez. 2006.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos

Jurídicos, Brasília, D.F, 13 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, D.F, 20 dez. 1996.

DIDONET, Vital. **Creche: a que veio, para onde vai**. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

FERREIRO, Emília. **Reflexões Sobre a Alfabetização**. 24. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam / Paulo Freire. – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Educação Básica no Brasil na década de 1990**: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educ. Soc., abril. 2003.

KLEIMAN, A. **Preciso ensinar o letramento?** Não basta ensinar a ler e a escrever? Campinas, UNICAMP/MEC, 2005.

MELO, E.P.C.B.N. **PNAIC: uma análise crítica das concepções de alfabetização presentes nos cadernos de formação docente**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.

MERISSE, A. **Origens das instituições de atendimento à crianças:** o caso das creches. In MERISSE, A et al. Lugares da Infância: reflexões sobre a história na fábrica, creches e orfanatos. São Paulo. Artes e Ciência, 1997.

MORENO, Gilmara Lupion. **Organização do Trabalho Pedagógico na Instituição de Educação Infantil.** In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado (org.). Trabalho Pedagógico na Educação Infantil. Londrina: Humanidades, 2007, p. 54-62.

OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos. **Educação infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, M. **Letramento e Alfabetização: as muitas facetas.** Revista Brasileira de Educação. Já./fev./mar./abr., 2004.

----- **Letramento: um tema em três gêneros.** 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VYGOTSKY, Lev. **Imaginação e criação na infância.** Tradução de Zoia Prestes. São Paulo: Ática, 2009.